



Bolsas		Pontuação B3	Dólar		Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na quinta-feira	Na sexta-feira	Ibovespa nos últimos dias	Na quinta-feira	Últimos		Comercial, venda na quinta-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
0,01%	0,05%	132.752	R\$ 4,852	4,888	R\$ 1.320	R\$ 5,370	11,65%	11,65%	Julho/2023 0,12
São Paulo	Nova York	22/12	(+0,43%)	4,861					Agosto/2023 0,23
		26/12		4,822					Setembro/2023 0,26
		27/12		4,832					Outubro/2023 0,24
		28/12							Novembro/2023 0,28

CONJUNTURA

Ano começa com aumento de tributos

Além do fim da isenção do imposto de importação sobre veículos híbridos e elétricos, diesel e gás de cozinha são reonerados

» EVANDRO ÉBOLI

O ano de 2024 mal começou e o consumidor vai ter que arcar com mais tributos. Entre as mudanças econômicas em vigor a partir deste mês está o aumento gradual no imposto de importação que incide sobre veículos elétricos e híbridos. O governo quer, com essa medida, estimular a indústria nacional e também pressionar que esses fabricantes estrangeiros se instalem no Brasil. Mas esse não é o único aumento de tributos neste início de ano. O governo também reonerou os impostos federais sobre o diesel e o gás de cozinha. Entusiasta das medidas sobre carros importados, o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin (PSB), que acumula a pasta do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), está otimista e diz que não quer o país apenas como “mero importador”. Aumentar a arrecadação com a tributação maior spbre os modelos importados visa também compensar duas outras medidas, adotadas pelo governo no último fim de semana do ano. Uma delas é o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover), que prevê tributação diferenciada para veículos sustentáveis e incentivo para pesquisas na indústria da mobilidade. O incentivo fiscal, até 2028, somará R\$ 19,3 bilhões, de forma escalonada. O programa enche os olhos de Alckmin. “Vamos começar do tanque

à roda e, mais adiante, do berço ao túmulo. Da produção até o descarte dos automóveis”, disse o vice-presidente. O outro programa, o da Depreciação Acelerada, foi enviado ao Congresso, no formato de projeto de lei (PL) em regime de urgência, que permite acelerar sua tramitação entre deputados e senadores. Será uma antecipação de receita para as empresas, que poderão abater o valor nas declarações dos próximos dois anos de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) Para o economista Murilo Viana, a taxa de investimento no Brasil é baixa e tem caído de forma a surpreender negativamente. “Se pegarmos dados setoriais vemos que a indústria brasileira patina, recua ao longo dos anos. Perdeu volume de produção. A indústria brasileira era maior no fim dos anos 2000. Depois, houve uma trajetória de queda”, afirmou Viana, consultor sênior da GO Associados. “Esse estímulo de investimentos com benefícios tributários já foi usado em outros momentos”, lembra o especialista.

Contas pessoais

Todo início de ano representa uma carga maior no orçamento das famílias brasileiras. São aumentos de tarifas públicas, das mensalidades escolares e de gastos com impostos que incidem sobre veículo (IPVA) e residências urbanas (IPTU). Uma pesquisa da

Fotos: Divulgação



Benefícios para importação de carros elétricos deixaram de vigorar para favorecer indústria local

Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), de dezembro, mostrou que 76,6% das famílias estavam endividadas e 29% tinham contas em atraso. Ou seja, milhares de brasileiros entram o ano novo com contas velhas pendentes. A perda da vigência de medidas que zeraram os impostos federais

sobre o diesel, o biodiesel e o gás de cozinha passou a valer ontem. O biodiesel sofreu um aumento aproximado de R\$ 0,15. O gás de cozinha, de R\$ 2,18 por botijão de 13kg. O diesel A teve reajuste de R\$ 0,35 por litro, e o diesel B, que é a mistura de diesel A e biodiesel, reve aumento de R\$ 0,33 por litro. Como a Petrobras reduziu o preço do diesel em R\$ 30, no último dia

26, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, espera impacto nulo da reoneração dos combustíveis, obviamente, se não houver reajustes nas bombas. Além disso, desde ontem, o salário mínimo passou para R\$ 1.412. Um a cada quatro brasileiros tem o piso salarial como referência, o que atinge 54 milhões de pessoas.

Fila do INSS segue longa

Apesar de prometer que, até o fim de 2023, reduziria a fila de espera de benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o máximo de 45 dias, o ministro da Previdência, Carlos Lupi, encerrou o ano sem cumprir o compromisso. Lupi seguiu garantindo que cumpriu a meta, mas os últimos dados disponíveis apontam que a fila teve redução de cerca de 1,8 milhão para pouco mais de 1,6 milhão. Os dados são do Portal da Transparência Previdenciária, lançado em julho e que, ontem, ainda tinha números de setembro, uma defasagem superior a três meses nas informações. Questionado durante entrevista ao Podcast do **Correio**, na metade do mês passado, Lupi insistiu que os dados do Portal eram atualizados mensalmente, todo dia 10, sempre com as informações do mês anterior. Contudo, quando confrontado com os dados do site, admitiu que “tem alguma falha”. “Já saiu o de outubro e vai sair o de novembro que não saiu ainda”, disse. O ministro garantiu que já tinha fechado os números dos meses posteriores, e garantiu que eles indicavam a redução na fila dos benefícios e garantiu que todos os dados seriam divulgados no portal. “Nós tivemos, em março, 1,8 milhão de pedidos, em média, as pessoas esperando 110 dias e tinha gente que esperava mais. Hoje, a média é de 49 dias, e eu garanto que vai chegar em 45 dias”, disse Lupi em dezembro. Ele brincou que ainda tinha duas semanas para atingir a meta prometida.

Tema delicado

Dentro do Ministério da Previdência, mesmo em conversas reservadas com servidores, o assunto da fila é um tema delicado, apesar de admitirem que, quando divulgados, os números mostraram melhora, mas deixam claro que, apesar dos esforços, os resultados ainda são pequenos, muito distantes do compromisso assumido por Lupi no início do governo. Por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI) o **Correio** solicitou, em agosto, os dados da fila do INSS, e os números apontaram para uma diferença superior a meio milhão de beneficiários que não apareciam na fila conforme as informações divulgadas no Portal da Transparência Previdenciária. Em entrevista coletiva naquela época, Lupi disse que criou um grupo de trabalho para analisar os dados e corrigir eventuais falhas para resolver e apurar as diferenças. Mesmo com a edição, em julho, de uma Medida Provisória (MP) que criou o Programa de Enfrentamento à Fila da Previdência Social (PEFPS), nos três meses seguintes (únicos dados já disponíveis ao público), o programa conseguiu reduzir a fila em cerca de 200 mil segurados, para cerca de 1,6 milhão. **(HL)**

Diferenças entre reajustes

» HENRIQUE LESSA

Desde ontem, o trabalhador e o aposentado brasileiro passaram a receber, o novo valor salário mínimo, de R\$ 1.412, conforme o decreto assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na última quinta-feira. Contudo, o reajuste de 6,85% aplicado ao piso salarial nacional não será o mesmo a ser concedido aos demais aposentados e pensionistas que ganham acima desse valor, pago pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A expectativa é de que a correção desses beneficiários fique em 3,85%, taxa estimada para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), de 2023. No entanto, a variação do indicador de inflação das famílias mais pobres, com renda familiar mensal de até cinco salários mínimos, só será conhecida no próximo dia 11, quando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgará, também, os dados da inflação oficial, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de dezembro de 2023. A diferença ocorre em função da nova regra de valorização do mínimo, que voltou a vigorar no ano passado e considera dois índices para a formação do cálculo: a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor

(INPC) em 12 meses até novembro; e o índice de crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) dos dois anos anteriores. Além do salário dos trabalhadores, aposentadorias e pensões, o mínimo serve como referência para uma série de outros programas como o recolhimento de contribuições para os microempreendedores individuais (MEIs). O novo valor também altera o piso recebido no seguro-desemprego, no Benefício de Prestação Continuada (BPC/Loas), assim como no abono salarial do PIS/Pasep. Também foram alterados os valores máximos para o ingresso de famílias no Cadastro Único (CadÚnico), sistema de benefícios sociais do governo, e no teto dos valores que podem ser discutidos nas varas de Juizados Especiais Cíveis.

MEIs

Os microempreendedores individuais (MEIs) recolhem 5% sobre o valor do salário mínimo ao INSS. Com o novo piso, a contribuição mensal passa de R\$ 66 para R\$ 70,60.

Seguro-desemprego

O trabalhador dispensado que cumpre os requisitos para a solicitação do seguro-desemprego

também recebe ao menos o valor do novo piso nacional quando está enquadrado na primeira faixa do benefício. A quantia recebida varia entre o salário mínimo e o teto do programa — calculado com base na média dos três últimos salários pagos pelo empregador.

BPC/Loas

O Benefício de Prestação Continuada (BPC/Loas) gerenciado pelo INSS é repassado a idosos com 65 anos ou mais, que não tenham condições de prover a sua subsistência, ou a pessoa com deficiência incapacitante, independentemente da idade. O beneficiário terá direito ao valor do piso nacional, desde que a renda familiar por pessoa não ultrapasse 25% do novo mínimo nacional (R\$ 353).

Abono do PIS/Pasep

O abono salarial do PIS/Pasep é um benefício concedido a trabalhadores com carteira assinada e a servidores públicos que tenham trabalhado ao menos um mês com registro formal, com rendimentos médios de até dois salários mínimos, no ano de referência. O valor do abono a ser pago também tem como base o novo mínimo, de R\$ 1.412. O cálculo é realizado a partir do número de meses trabalhados,

Reprodução/Ascom/INSS



Quem recebe benefício acima do piso salarial não terá ganho real

sendo o mínimo de R\$ 110 para quem desempenhou apenas 30 dias de função remunerada.

CadÚnico

É o sistema que possibilita a entrada no Bolsa Família e nos demais programas sociais do governo. Para a inclusão no sistema é necessário considerar as famílias beneficiadas como de baixa renda. Para regra de ingresso é adotado o cálculo de até meio salário mínimo por pessoa, por domicílio. Com o novo mínimo, o corte passa de R\$ 660 para R\$ 706 por pessoa, ou uma renda familiar total de até três salários

mínimos, que reajustada passa para R\$ 4.236.

Justiça

Com a atualização do salário mínimo também mudam os valores máximos para se discutir indenizações em Juizados Especiais Cíveis. Na Justiça comum, o valor máximo admitido é de 40 salários mínimos. Ou seja, o limite sobe de R\$ 52.800 para R\$ 56.480. Já nos Juizados Especiais da Justiça Federal, que trabalham com o limite de 60 mínimos, o valor passou para R\$ 84.720.